

Operações da PF devem marcar pleito

Para especialista, canário é consequência do crescimento do protagonismo do STF

Por Mateus Coutinho — De Brasília

29/07/2026 05h01 · Atualizado há uma hora

O efeito político de operações policiais caminha para ser uma das marcas das eleições deste ano, em um cenário semelhante ao observado em 2018, quando o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava preso. O pleito já é marcado, principalmente, por desdobramentos de investigações de fraudes envolvendo o Banco Master, além da ação do Poder Judiciário cobrando mais transparência de emendas parlamentares.

O cenário ocorre mesmo com os esforços do governo Lula para evitar grandes operações como a Lava-Jato e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, em implementar um perfil mais discreto à Corte.

O impacto do caso Master já levou a ao menos duas mudanças de planos. Os ex-governadores Cláudio Castro (PL-RJ) e Ibaneis Rocha (MDB-DF) desistiram de concorrer ao Senado em seus Estados após seus nomes aparecerem em investigações no âmbito do escândalo. Eles negam irregularidades.

O envolvimento com o Master também fez com que Jaques Wagner (PT-BA), próximo a Lula, deixasse o posto de líder do governo no Senado. Ele também nega as acusações.

Na PF, a avaliação é que a investigação sobre as fraudes de Daniel Vorcaro não chegou nem à metade devido ao grande volume de informações encontradas. A corporação não deve parar ou diminuir o ritmo das investigações no período eleitoral.

O órgão já deflagrou dez fases da Compliance Zero e precisa cumprir os prazos da investigação - observados à risca pelo ministro André Mendonça, relator do caso Master no STF. Um exemplo é o de Jaques Wagner: intimado, ele deverá prestar depoimento à PF em 7 de agosto, dois dias após o prazo final das convenções partidárias que vão definir os candidatos.

Em outra frente, Mendonça autorizou na semana passada a abertura de uma investigação sobre os pedidos do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) feitos a Vercaro para enviar R\$ 61 milhões aos Estados Unidos para supostamente financiar o filme “Dark Horse”, que trata da biografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. Flávio é o principal adversário de Lula na corrida presidencial.

Para o consultor político da **Tendências** Consultoria Rafael Cortez, as investigações do caso Master expõem como os partidos precisam levar em conta o “risco judicial” de suas candidaturas. “É um ônus que a classe política tem que pagar. Ela fica mais exposta em ano eleitoral”, afirma.

A fiscalização mais intensa do STF sobre as emendas parlamentares ao Orçamento também afeta políticos. No início do mês, o ministro Flávio Dino bloqueou R\$ 6 milhões do ex-deputado Eduardo Cunha (Republicanos) e R\$ 119 milhões do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, no âmbito de investigações sobre recursos indicados por congressistas. Os dois negam irregularidades.

As decisões do Supremo ainda influenciaram a política no Rio de Janeiro. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ricardo Couto, assumiu um mandato-tampão em março após Castro e seu vice, Thiago Pampolha (MDB), renunciarem e o presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União), ser afastado por ordem do ministro Alexandre de Moraes.

A Alerj realizou uma eleição indireta para escolher o novo governador, mas ela foi anulada pelo ministro Cristiano Zanin, do STF. O plenário da Corte começou a julgar a decisão, mas um pedido de vista adiou a discussão, que deve ser retomada em 19 de agosto.

Para Cortez, da Tendências, o cenário é uma consequência do crescimento do protagonismo do STF nos últimos anos. “Vimos de uma transição eleitoral muito complicada em que, de fato, o Judiciário serviu como um freio aos riscos democráticos, e isso gerou um protagonismo muito forte”, diz.